

**LIVRO DE
QUESTÕES**

**DIREITO
CONSTITUCIONAL**

EXPEDIENTE

Diretora editorial
Assessoria editorial
Assistente editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Leandro Sales
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Direito constitucional / [Ricardo Bispo Razaboni Junior]...
[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
290 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-28-3

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Direito Constitucional - Problemas, questões, exercícios I. Razaboni Junior, Ricardo Bispo

CDU 35.08 (079.1)

19-0647

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT026-A-19-DIREITO-CONSTITUCIONAL

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Princípios Fundamentais da República	13
Teoria dos Direitos Fundamentais	16
Teoria da Constituição	25
Federalismo	27
Direitos Individuais	27
Direitos Sociais	35
Funções Essenciais à Justiça	42
Ordem Social	44
Organização do Poder Judiciário	48
Espécies Normativas	53
Partidos Políticos	54
Direitos Políticos	58
Servidores Públicos	67
Poder Legislativo	70
Ordem Econômica e Financeira	80
Organização Político-Administrativa do Estado	84
Intervenção Federal e Estadual	92
Disposições Gerais na Administração Pública	93
Remédios e Garantias Constitucionais	94
Controle de Constitucionalidade	96
Previdência Social	109
Tribunal de Contas da União (TCU)	110
Poder Executivo	111
Estado de Defesa	117
Sistema Tributário Nacional	118
Direitos da Nacionalidade	119

SUMÁRIO

Poder Judiciário	125
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	131
Direito a Propriedade	134
Classificação das Normas Constitucionais	136
Mandado de Injunção	137
Mandado de Segurança	138
Processo Legislativo	139
Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	142
Defensoria Pública	142
Advocacia-Geral da União	143
Poder Constituinte	143
Ministério Público	143
Direitos Constitucionais Penais e Garantias do Processo	144
Ação Popular	145
Conselho Nacional de Justiça	146
Supremo Tribunal Federal	147
Direito a Privacidade	148
Princípios da Administração Pública	148
Ação Declaratória de Constitucionalidade	150
Forças Armadas e Segurança Pública	150
Organização do Estado	153
Conceito e Classificação das Constituições	153
Princípios Fundamentais	155
Organização dos Poderes	156
Princípios de Interpretação Constitucional	158

SUMÁRIO

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	159
Supremo Tribunal de Justiça.....	159
História Constitucional Brasileira	160

1. (PC-SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2014) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado:

- a) democrático de Direito.
- b) burocrático.
- c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.
- d) socialista progressista.
- e) humanitário social.

2. (PC-SP – FOTÓGRAFO TÉCNICO PERICIAL – 2014) Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo, como um de seus fundamentos:

- a) a erradicação da pobreza em todos os níveis.
- b) os valores sociais do trabalho.
- c) o serviço militar obrigatório.
- d) o combate a todas as formas de discriminação de raças.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. PC-SP – ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL – VUNESP – 2013) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos os que estão elencados no art. 1º da Constituição Federal. Dentre os referidos fundamentos, é correto citar a:

- a) independência nacional e a não intervenção.
- b) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.
- c) igualdade entre os Estados e o repúdio ao terrorismo e ao racismo
- d) autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos
- e) soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

4. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2013) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros,

- a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) a igualdade entre os povos.
- c) o partidatismo político.
- d) o desenvolvimento nacional.
- e) o respeito aos presos.

5. (PC-SP – AGENTE DE POLÍCIA – VUNESP – 2013) É característica essencial do Estado Democrático de Direito:

- a) a soberania popular.
- b) o Estado forte e centralizador.
- c) o governo das minorias.
- d) o respeito ao poder das elites.
- e) o sistema autocrático de governo.

6. (PC-SP – AGENTE DE POLÍCIA – VUNESP – 2013) No Brasil, conforme prevê a Carta Magna, a cidadania:

- a) é um direito absoluto de todos os brasileiros e estrangeiros.
- b) restringe a proteção dos direitos humanos aos brasileiros.
- c) é um objetivo fundamental da República Federativa.
- d) é um fundamento da República Federativa.
- e) limita-se a garantir o direito de voto.

7. (PC-SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2013) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo seguinte princípio:

- a) colaboração entre os povos para a evolução religiosa da humanidade.
- b) construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária.
- c) fruição total e absoluta dos direitos humanos.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) uso autorizado da força para resposta aos ataques terroristas internacionais.

8. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – PC-SP – 2010) A dignidade da pessoa humana é

- a) uma garantia da República Federativa do Brasil.
- b) um princípio da República Federativa do Brasil.
- c) um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- d) um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- e) um poder da República Federativa do Brasil.

9. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – PC-SP – 2010) É princípio da República Federativa do Brasil:

- a) desenvolvimento nacional.
- b) concessão de asilo político.
- c) a cidadania.
- d) a soberania.
- e) erradicar a pobreza.

10. (CGM-PB – TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO-GERAL – CESPE – 2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Conforme o princípio democrático, todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.

() CERTO () ERRADO

11. (CGM-PB – TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO-GERAL – CESPE – 2018) Acerca dos princípios, fundamentos e objetivos da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

A soberania, que consiste em um poder político supremo e independente, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

() CERTO () ERRADO

12. (IPHAN – AUXILIAR INSTITUCIONAL – ÁREA 1 – CESPE – 2018) No que diz respeito aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o próximo item.

São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.

() CERTO () ERRADO

13. (UNICAMP – PROCURADOR DE UNIVERSIDADE ASSISTENTE – VUNESP – 2018) Com base no que estabelece a Constituição Federal, o Estado brasileiro se submeteu à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, o qual tem competência expressa para julgar os crimes:

- a) de guerra, hediondos, tráfico internacional de drogas e de tortura.
- b) de terrorismo, contra a humanidade, de tortura e de extermínio em massa.
- c) políticos, desumanos, hediondos e de tortura.
- d) de genocídio, contra a humanidade, de guerra e de agressão.
- e) de racismo, contra o Estado Democrático de Direito, contra a humanidade e tortura coletiva.

14. (TJ-PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – PUC-PR – 2017) Sobre os Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, leia as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa CORRETA.

- I. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- II. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
- III. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- IV. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

15. PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar.
- c) Aos litigantes, em inquérito policial e processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, inclusive na hipótese de flagrante delito, salvo durante o dia e a noite, por determinação judicial.
- e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

16. (PC-SP – AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL – VUNESP – 2018)

Assinale a alternativa que, nos termos da Constituição Federal, apresenta apenas crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

- a) Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura.
- b) Hediondos; racismo.
- c) Terrorismo; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Tortura; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e) Racismo; ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

17. (PC-SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Com relação aos direitos individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece que:

- a) são direitos do preso, dentre outros, que a sua família ou pessoa por ele indicada seja, imediatamente, comunicada de sua prisão bem como da identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- b) a pena não pode passar da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores até o limite do valor do dano.
- c) o tribunal do júri tem competência para processar e julgar os crimes dolosos e culposos contra a vida.
- d) podem ser adotadas, por meio de lei, dentre outras, as penas de privação ou restrição da liberdade, perda de bens, de trabalho forçado, de prestação social alternativa e de interdição de direitos.
- e) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em crime político ou de opinião, na forma da lei.

18. (PC-SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) A prática do racismo é uma conduta que é severamente combatida pelas normas de direitos humanos internacionais. No Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece, quanto a essa matéria, que o racismo é crime:

- a) inafiançável e imprescritível.
- b) hediondo.
- c) insuscetível de graça ou anistia.
- d) que deve ser punido com a pena de detenção.
- e) que prescreve em 10 (dez) anos.

1.

Em “a”, consta no caput do art. 1º, da CF: “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em “b”, os seguintes fundamentos da República são enumerados no art. 1º, da CF: “I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”.

GABARITO OFICIAL: B**3.**

Em “a”, art. 4º, I, CF.

Em “b”, art. 3º, I, CF.

Em “c”, art. 4º, V e VIII, CF.

Em “d”, art. 4º, III e VII, CF.

Em “e”, os seguintes fundamentos da República são enumerados no art. 1º, da CF: “I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”.

GABARITO OFICIAL: E**4.**

Em “a”, os seguintes fundamentos da República são enumerados no art. 1º, CF: “I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”.

Em “b”, o art. 4º, V, prevê a igualdade entre os Estados.

Em “c”, o art. 1º, V, prevê o pluralismo político.

Em “d”, art. 3º, VII.

Em “e”, não se trata de um dos fundamentos da República.

GABARITO OFICIAL: A**5.**

Em “a”, a soberania é apontada como fundamento da República no art. 1º, I, da CF: “I – a soberania”. Sendo assim, o caracteriza.

GABARITO OFICIAL: A**6.**

Em “d”, a cidadania é apontada como fundamento da República no art. 1º, II, da CF: “II – a cidadania”.

GABARITO OFICIAL: D

7.

Em “d”, é o que prevê o art. 4º, da CF: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político”.

GABARITO OFICIAL: D

8.

Em “d”, art. 1º, III, da CF.

GABARITO OFICIAL: D

9.

Em “b”, art. 4º, X, da CF.

GABARITO OFICIAL: B

10.

O art. 1º, § único da CF enuncia que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

GABARITO OFICIAL: CERTO

11.

A soberania é um dos Princípios Fundamentais da República, art. 1º, I, CF.

GABARITO OFICIAL: CERTO

12.

A assertiva encontra-se nos termos do previsto no art. 4º, incisos II, V e VI da CF.

GABARITO OFICIAL: CERTO

13.

Em “a”, não obstante, o repúdio ao terrorismo e ao racismo – sendo o primeiro um crime hediondo art. 5º, XLIII, da CF e Lei nº 8.072/1.990 – seja um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil (art. 4º, VIII, CF), é certo que os crimes hediondos, dentre eles a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo não são de competência do Tribunal Penal Internacional. Vide comentário letra “d”.

Em “b” e “c”, vide comentário letra “a” e letra “d”.

Em “d”, art. 5º, § 4º, da CF e art. 5º, item 1 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002.

Em “e”, vide comentário letra “a” e letra “d”.

GABARITO OFICIAL: D

14.

O item I está correto conforme o Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;*

O item II está correto conforme o Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

O item III está correto conforme o Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;*

O item IV está correto conforme o Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

GABARITO OFICIAL: C

15.

Em "a", CF, art. 5º, XVI "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, **sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente**" (grifo nosso).

Em "b", CF, art. 5º, LXI - "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de **autoridade judiciária** competente, salvo nos casos de transgressão militar **ou crime propriamente militar**, definidos em lei" (grifo nosso).

Em "c", CF, art. 5º, LV "aos litigantes, **em processo judicial ou administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (grifo nosso).

Em "d", CF, art. 5º, XI "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro**, ou, durante o dia, por determinação judicial" (grifo nosso).

Em "e", é o que prescreve o art. 5º, XII da CF.

GABARITO OFICIAL: E

16.

Em "a", o crime de tortura é considerado crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, art. 5º, XLIII, CF.

Em "b", os crimes hediondos (Lei n. 8.072/90) são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, art. 5º, XLIII, CF.

Em "c" e "d", art. 5º, XLIII da CF. No mais, vide comentário letra "a".

Em "e", a alternativa encontra-se de acordo com o que prescreve o art. 5º, incisos XLII e XLIV da CF.

GABARITO OFICIAL: E

17.

Em "a", é o que dispõe o art. 5º, LXII da CF.

Em "b", art. 5º, XLV da CF: "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do **patrimônio transferido**" (grifo nosso).

Em "c", de acordo com o art. 5º, XXXVII, alínea "d" da CF é designado ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra vida.

Em "d", o art. 5º, XLVII, alínea "c" da CF, veda aplicação de pena de trabalho forçado.

Em "e", art. 5º, LI da CF: "nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei" (grifo nosso), ademais,

GABARITO OFICIAL: A

18.

Em "a", art. 5º, XLII da CF.

Em "b", o racismo não se encontra no rol de crimes hediondos (Lei n. 8.072/90).

Em "c", de acordo com o art. 5º, XLIII da CF, considera-se crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, drogas e afins, o terrorismo e os definidos como hediondos.

Em "d", o racismo é crime punido com pena de reclusão, art. 5º, XLII da CF.

Em "e", trata-se de crime imprescritível, art. 5º, XLII, CF.

GABARITO OFICIAL: A